



Eleições municipais e transições de governo 2024-2025

Evidências para aprimorar os serviços públicos nas capitais

Região Centro-Oeste

A Lei 13.460 de 26 de junho de 2017 trata sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. A lei passou a vigorar em junho de 2019 e se aplica a todos os órgãos públicos de todas as esferas, federal, estadual e municipal de todos os poderes. Destacam-se três responsabilidades:

- Fortalecimento das Ouvidorias
- Elaboração de Carta de Serviços ao Usuário: [saiba mais](#).
- Avaliação Contínua dos Serviços Prestados

Com o intuito de fomentar a discussão sobre a responsabilidade da realização e publicação da avaliação dos serviços, a Agenda Pública realiza a Pesquisa de Qualidade dos Serviços Públicos nas Capitais. A pesquisa combina dois componentes:

1. Avaliação de percepções e opiniões: elaborada a partir de uma pesquisa de opinião compreendendo mais de 40 questões, feita com 3.000 pessoas nas dez maiores capitais do país. O factsheet sobre a metodologia da pesquisa e principais resultados pode ser [acessado aqui](#).
2. Avaliação de Indicadores de desempenho: elaborada a partir de dados secundários oficiais, disponíveis em bancos de dados públicos, abordando seis dimensões: educação, saúde, proteção social, desenvolvimento econômico, mobilidade e gestão da qualidade. O factsheet sobre este componente pode ser [acessado aqui](#). As fontes dos indicadores analisados podem ser conferidos no dashboard da pesquisa [disponível aqui](#).

A análise dos resultados em cada capital brasileira considera tanto a pesquisa de opinião quanto uma análise descritiva dos indicadores de desempenho, adotando dois níveis de comparação: a evolução histórica do município e o contexto regional.

As recomendações e observações obtidas a partir dessa pesquisa têm o objetivo de apoiar o debate eleitoral e as transições de governo nas capitais, orientando a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades específicas de cada localidade.

Campo Grande

Educação

Campo Grande cresceu a taxa líquida de matrículas em creches em 7,7 pontos percentuais, passando de 28% em 2021 para 35,7% em 2023. Em 2023, a capital registrava uma taxa menor que a do Estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil (37,8%) ambas. O município registrou em 2023 a segunda maior taxa entre as capitais da região Centro-Oeste.

O município atingiu a meta do IDEB em 2017, mas não conseguiu alcançá-la em 2019 e 2021. No IDEB de 2023 alcançou 5,3, o que corresponde a 0,1 abaixo do índice de 5,4 em 2021. Ainda, o IDEB de 2017 e 2019 eram superiores, computando 5,7.

Em relação à taxa de abandono escolar, a capital mato-grossense teve um pico no ano de 2021, atingindo 0,4. No entanto, registrou uma queda de 50%, atingindo 0,2 em 2023. É a segunda menor taxa entre as capitais da região em 2023. Em relação a taxa de distorção de idade-série, Campo Grande passou de 8,6 em 2021 para 10,5 em 2023. Isto é, um aumento de aproximadamente 22%. No comparativo regional, o município registra a maior taxa todos os anos entre as capitais na série histórica de 2017 a 2023.

Campo Grande teve o menor aumento nominal no gasto per capita em educação entre 2020 e 2023, de somente R\$ 100, alcançando o total de R\$ 1.113,7. O município tem o segundo maior gasto per capita na área entre as capitais da Região Centro-Oeste, superado apenas por Cuiabá, que registra R\$ 1178,31.

Recomendações:

1. Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. A capital do Mato Grosso do Sul necessita continuar esforços para atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
2. Reduzir a taxa de distorção de idade-série. Estratégias focadas na redução da taxa de distorção de idade-série são importantes no contexto de aumento percebido nos últimos anos. Nesse sentido, são recomendações do estudo da UNICEF que pode ser [acessado aqui](#): (i) Mapear estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município e (ii) Implementar estratégia de oferta de currículos específicos para estudantes em distorção idade-série nas escolas públicas do município.
3. Fortalecer políticas de recomposição da aprendizagem e prezar pela gestão eficiente de recursos. Considerando os últimos resultados do IDEB, é importante avaliar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos são estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo "Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia" do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, "Tá On!" para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser [acessado aqui](#). Ainda, tendo em vista que Campo Grande apresenta o segundo maior gasto per capita em educação entre as capitais da região, seria importante focar na gestão otimizada dos recursos para geração de impacto. Estratégias incluem a priorização da equidade no uso dos recursos, garantindo que áreas com maiores necessidades recebam maior atenção, e o foco em políticas com evidências. Auditorias e avaliações periódicas dos programas educacionais podem ajudar a garantir que os investimentos estão resultando em melhorias concretas na qualidade da educação.

Saúde

Campo Grande ocupa a segunda posição na classificação geral entre todas as capitais em relação à dimensão de saúde na avaliação dos indicadores da pesquisa.

A capital do Mato Grosso do Sul apresenta o segundo maior gasto em saúde em 2023 entre as capitais da região Centro-Oeste, com R\$ 1.825,70. Entre 2020 e 2023, compustrou um aumento de R\$ 272,41

O município apresenta a maior cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região. Registrou um aumento de 47,97% em janeiro de 2021 para 83,83% em setembro de 2023. Aumento de cerca de 36 pontos percentuais, o maior entre as capitais da região no período analisado. Ainda, é a única capital regional que possuía uma cobertura acima de 80% em 2023.

Campo Grande diminuiu em cerca de 34% os óbitos por causas evitáveis de 5 a 74 anos no período de 2021, com 5,476, e em 2023, com 3.626 registros.

O município reduziu significativamente a cobertura vacinal em 8,4 pontos percentuais, passando de 59,22% em 2021, para 50,82% em 2023. Curiosamente, devido a Goiânia e Cuiabá terem apresentado quedas ainda mais acentuadas, Campo Grande, que era a capital do Centro-Oeste com a menor cobertura vacinal em 2021, se tornou a capital com a maior cobertura em 2023.

Recomendações:

1. Priorizar e ampliar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
2. Incrementar progressivamente o financiamento em saúde. Recomenda-se aumentar gradualmente o financiamento destinado à saúde, com prioridade na equidade e na eficiência na alocação dos recursos. O desenvolvimento de um plano de investimentos a longo prazo, com metas definidas para aprimorar a Atenção Básica, expandir a cobertura vacinal e elevar a qualidade dos serviços prestados à população. A gestão eficiente dos recursos, fundamentada em dados e evidências, assegura que os investimentos sejam direcionados às áreas com maior necessidade e impacto, promovendo melhores resultados na saúde pública.
3. Implementar modelos de monitoramento e avaliação robustos: Neste sentido, com o objetivo de garantir a eficácia e a transparência dos recursos, é importante desenvolver e adotar modelos robustos de monitoramento e avaliação das despesas e políticas de saúde. Avaliações contínuas garantem que o aumento do financiamento seja bem gerido e que os recursos possam ser alocados de forma a garantir acesso a serviços de saúde de qualidade pela população.

Desenvolvimento Econômico

Campo Grande ocupa o último lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as sete capitais da região Centro-Oeste.

A capital do Mato Grosso do Sul possui desde 2021 um saldo positivo de empregos formais segundo dados do Novo Caged. Em 2023, de acordo com os grandes grupos de atividade econômica, o município apresentou um saldo de 6.961 empregos formais, considerando 42% em serviços, 30% em comércio, 14% indústria, 7% construção e 7% agropecuária.

Até julho de 2024, Campo Grande apresentava um saldo positivo de 7.003 empregos formais, com cerca de 50% em serviços, 24% construção, 13% indústria, 7% comércio e 6% agropecuária.

Campo Grande ocupa a 58ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros.

Recomendações:

1. Aprimorar ambiente regulatório. De acordo com o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, Campo Grande apresenta sua menor pontuação na dimensão de ambiente regulatório. O estudo avalia aspectos como o tempo de trâmites administrativos, tributação e a complexidade burocrática. Simplificar processos e tornar o ambiente mais previsível para empreendedores pode atrair mais investimentos e dinamizar a economia local. Algumas sugestões incluem a digitalização de serviços e a criação de incentivos fiscais para pequenas e médias empresas.
2. Investir em melhorias de infraestrutura. Outra dimensão que pode ser aprimorada, segundo o ICE 2023, é a infraestrutura. Indicadores como transporte interurbano e condições urbanas indicam áreas para possíveis melhorias. O município deve concentrar esforços em melhorar a conectividade e mobilidade urbana, otimizando o transporte público, estradas e telecomunicações, que são essenciais para atrair novos negócios e melhorar a qualidade de vida dos moradores.
3. Promover um ecossistema de inovação. Por fim, os dados do ICE 2023 também apontam outro ponto de melhoria para Campo Grande em relação à dimensão de inovação. No estudo, a cidade é avaliada em relação à proporção de doutores, mestres, funcionários em Ciência e Tecnologia, infraestrutura tecnológica, tamanho da economia criativa, entre outros fatores. A gestão municipal deve analisar esses dados em detalhe para direcionar investimentos estratégicos em universidades e programas de fomento à pesquisa, além de iniciativas para impulsionar a economia criativa local, sempre prezando pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento social.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 30.849 a 58.937. Aumento de aproximadamente 91%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 12.781 a 16.681. Aumento de aproximadamente 31%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 81.300 a 126.167. Aumento de aproximadamente 55%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 51.767 a 63.802. Aumento de aproximadamente 23%

Recomendações:

1. Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
2. Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
3. Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade. Campo Grande, com sua diversidade étnica e cultural, deve implementar e ampliar iniciativas que visem reduzir as disparidades no acesso a oportunidades, tanto no mercado de trabalho quanto nos serviços públicos, como saúde e educação.
4. Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

Entre 2017 e 2022, o município registrou um aumento expressivo no número de interações por sinistros de trânsito, passando de 6,1 para 408 por 100 mil habitantes, o que representa um crescimento de aproximadamente 6.580%. O aumento substancial foi particularmente notável entre 2017, com uma taxa de 6,1, e os anos seguintes: 236 em 2018 e 405 em 2019. Considerando o período de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes cresceu de 17 para 22, um acréscimo de cerca de 29%.

Campo Grande apresenta um impacto de 17,97% no gasto mensal com Transporte Público, segundo estudo entre capitais brasileiras¹. O município ocupa a 18ª de 28 posições, empatada com Cuiabá.

Recomendações:

1. Fomentar políticas de segurança viária. Diante do aumento significativo das interações por sinistros de trânsito em Campo Grande, é urgente adotar estratégias prioritárias para reduzir essa taxa. O fortalecimento da fiscalização, a melhoria da sinalização e a intensificação de campanhas de conscientização são importantes. Ainda, recomenda-se a adoção de medidas como: readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal. Essas são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).
2. Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e cicloviárias. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.
3. Realizar e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público, além de apontar ajustes necessários nas políticas e infraestrutura para desafios ambientais e climáticos.

Gestão da Qualidade

Campo Grande possui uma nota 10 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação. A maior nota entre as capitais da região Centro-Oeste.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 9 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (75%) e 37 dos 59 indicadores de oferta (63%).

Recomendações:

1. Implementar novos formatos de oferta de serviços digitais. A capital do Mato Grosso do Sul possui uma parte considerável dos indicadores de oferta de acordo com o Mapa de Governo Digital. Porém, é possível avançar na transformação digital ao possibilitar consultas públicas, enquetes online e grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet, entre outros. Além de modernizar a oferta de serviços, iniciativas similares também promovem uma maior participação cidadã e uma gestão mais transparente e eficiente.
2. Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Campo Grande.
3. Fortalecer as ouvidorias. Reforçar o papel das ouvidorias na coleta e análise de feedback dos cidadãos é fundamental para identificar e resolver problemas relacionados ao atendimento público. Para além da criação e manutenção de canais de comunicação eficazes, como o Fala Campo Grande que possibilita acesso via aplicativo, web, telefone e presencial, destaca-se a formação de equipes dedicadas a lidar com queixas e sugestões de maneira proativa. Implementar processos para monitorar e responder às reclamações em tempo hábil pode melhorar a transparência e a satisfação dos cidadãos.

1. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Educação

Cuiabá aumentou 9,8 pontos percentuais na taxa líquida de matrículas em creches entre 2021 (28,1%) e 2023 (37,9%). Na série histórica de 2010 a 2023, a taxa de matrículas em creches do município permaneceu consistentemente maior que a do Estado do Mato Grosso. Em relação à taxa nacional, que em 2023 foi de 37,8%, a capital tem se aproximado desse patamar. No comparativo com as demais capitais da região Centro-Oeste em 2023, a capital apresentou a maior taxa líquida de matrículas em creches.

Cuiabá superou a meta do IDEB em 2017, com um excedente de 0,4, e novamente em 2019, por 0,1. No entanto, não atingiu a meta em 2021. Em 2023, o índice registrou um aumento de 0,2 em comparação a 2021, elevando o IDEB para 5,7. É o maior índice desde 2005. No entanto, considerando que o índice de 2017 foi de 5,6, o crescimento total de 2017 a 2023 foi de apenas 0,1 ponto, indicando um avanço modesto ao longo desses seis anos.



Para refletir

Antes da pandemia, o município apresentou bons resultados no IDEB, o que indica a necessidade de retomada do progresso interrompido. É essencial que Cuiabá fortaleça suas políticas educacionais, priorizando a melhoria no desempenho acadêmico e na equidade educacional.

A capital do Mato Grosso apresentou uma alta na taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2021, atingindo 0,3. Porém, em 2023, registrou uma taxa 0, a menor entre as capitais da região neste ano. A taxa de distorção de idade-série se manteve estável entre 2021 e 2023 em 4,7. É a segunda maior no comparativo entre as capitais da região.

Cuiabá lidera com o maior gasto per capita em educação da região Centro-Oeste em 2023. O município totaliza R\$ 1178,31, com um aumento expressivo de R\$ 447,89 entre 2020 e 2023. O maior aumento nominal entre as capitais da região.

Recomendações:

- Fortalecer políticas de formação continuada de professores e de recomposição da aprendizagem. Considerando os resultados de Cuiabá no IDEB no período anterior à pandemia, é importante retomar iniciativas e fortalecer a recomposição de aprendizagem. Avaliar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos são estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo “Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia” do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, “Tá On!” para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser acessado aqui.
- Gestão eficiente dos recursos: Tendo em vista que Cuiabá apresenta o maior gasto per capita em educação entre as capitais da região Centro-Oeste, seria importante focar na gestão otimizada dos recursos para geração de impacto. Estratégias incluem a priorização da equidade no uso dos recursos, garantindo que áreas com maiores necessidades recebam maior atenção, e o foco em políticas com evidências. Auditorias e avaliações periódicas dos programas educacionais podem ajudar a garantir que os investimentos estão resultando em melhorias concretas na qualidade da educação.
- Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. A capital do Mato Grosso necessita continuar esforços para atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.

Saúde

Entre as capitais de todo o país, o município está em sexto lugar na classificação geral em relação à dimensão de saúde na avaliação dos indicadores da pesquisa. Entre as capitais da região Centro-Oeste, Cuiabá ocupa a segunda posição, atrás de Campo Grande.

A capital do Mato Grosso possui o maior gasto per capita em saúde entre as capitais da região Centro-Oeste em 2023, com um total de R\$ 1.898,32. O aumento registrado no período de 2020 a 2023 foi de R\$ 286,69.

Cuiabá teve um crescimento expressivo na cobertura da Atenção Básica entre janeiro de 2021, quando possuía somente 53,3% até setembro de 2023, com 79,67%. O aumento substancial é de aproximadamente 26 pontos percentuais. O município possui a segunda maior cobertura entre as capitais da região Centro-Oeste.

O número de óbitos por causas evitáveis de 5 a 74 anos em 2023 é o menor entre as capitais da região. Ademais, a capital do Mato Grosso apresentou uma diminuição de cerca de 38% dos registros, passando de 3.900 em 2021 para 2.405 em 2023.

Cuiabá experimentou uma queda significativa na cobertura vacinal entre 2021 (62,18%) e 2023 (46,4%), de aproximadamente 16 pontos percentuais. Importante ressaltar que o município passou de mais da metade da população com cobertura vacinal para menos da metade.

100% da população total de Cuiabá têm acesso aos serviços de abastecimento de água, em comparação com a média do estado de Goiás que é de 87,01%. Os dados do SNIS 2022 demonstram que 75,33% da população do município possui acesso aos serviços de esgotamento sanitário, enquanto a média do estado é de 54,31%.

Recomendações:

- Aumentar a eficiência na alocação de recursos. Cuiabá lidera o comparativo regional em gasto per capita em saúde, mas para otimizar o uso dos recursos disponíveis, recomenda-se explorar o potencial de soluções digitais, promovendo também a inclusão digital. A implementação de aplicativos que simplifiquem a solicitação de serviços, bem como de sistema de teleconsultas, são iniciativas promissoras. Essas ferramentas não apenas melhoram o acesso, mas também geram dados valiosos para identificar necessidades e lacunas, permitindo uma alocação mais estratégica dos recursos. Além disso, a adoção de softwares de gestão eficientes pode aprimorar a administração e garantir maior transparência no uso dos fundos destinados à saúde.
- Elaborar e ampliar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser acessado aqui. Nesse sentido, é reforçado a utilização de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
- Implementar modelos de monitoramento e avaliação robustos: Neste sentido, com o objetivo de garantir a eficácia e a transparência dos recursos, é importante desenvolver e adotar modelos robustos de monitoramento e avaliação das despesas e políticas de saúde. Avaliações contínuas garantem que o aumento do financiamento seja bem gerido e que os recursos possam ser alocados de forma a garantir acesso a serviços de saúde de qualidade pela população.

Desenvolvimento Econômico

Cuiabá está em segundo lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as capitais da região Centro-Oeste.

Desde 2021 a capital do Mato Grosso possui saldos positivos de empregos formais, de acordo com o Novo Caged. Em 2023, foram 6.397 empregos formais de saldo, considerando por grande grupamento de atividade econômica, corresponde a aproximadamente 47% em serviços, 24% em comércio, 17,5% em construção, 11% em indústria e 0,6% em agropecuária.

No ano de 2024, o saldo é de 7.449 empregos formais até julho, com cerca de 59% em serviços, 18% construção, 16% indústria e 7% comércio. O setor de agropecuária apresentou um saldo de menos 10 empregos neste período.

Cuiabá está na 41ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros. É a segunda capital da região Centro-Oeste mais bem classificada, somente atrás de Goiânia que ocupa a 10ª posição geral.

Recomendações:

- Aprimorar ambiente regulatório. Conforme o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, Cuiabá possui menor pontuação na dimensão de ambiente regulatório. O estudo avalia aspectos como o tempo de trâmites administrativos, tributação e a complexidade burocrática. Simplificar processos e tornar o ambiente mais previsível para empreendedores pode atrair mais investimentos e dinamizar a economia local. Algumas sugestões incluem a digitalização de serviços e a criação de incentivos fiscais para pequenas e médias empresas.
- Investir em melhorias de infraestrutura. Outra dimensão que pode ser aprimorada, segundo o ICE 2023 da capital do Mato Grosso, é a infraestrutura. Indicadores como transporte interurbano e condições urbanas indicam áreas para possíveis melhorias. O município deve concentrar esforços em melhorar a conectividade e mobilidade urbana, otimizando o transporte público, estradas e telecomunicações, que são essenciais para atrair novos negócios e melhorar a qualidade de vida dos moradores.
- Promover políticas de inclusão produtiva e redução de desigualdades. Recomenda-se implementar e ampliar iniciativas de inclusão produtiva. É fundamental que políticas que visam promover inclusão social e econômica, especialmente para a população em situação de vulnerabilidade, sejam constantemente monitoradas e avaliadas para garantir que estão de fato gerando impacto positivo e sustentável. Ademais, a ampliação dessas iniciativas, integrando capacitação profissional e empreendedorismo, pode auxiliar na redução das desigualdades socioeconômicas, criando um ambiente mais inclusivo e fomentando a geração de empregos.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Cuiabá entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 13.896 a 17.345. Aumento de aproximadamente 25%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 57.803 a 87.617. Aumento de aproximadamente 52%
- Quantidade de famílias com renda mensal até meio salário mínimo: 57.803 a 87.617. Aumento de aproximadamente 52%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 31.253 a 38.054. Aumento de aproximadamente 22%

Recomendações:

- Avaliar dados de indicadores recentes sobre pobreza e desigualdade no município. Com a divulgação dos dados do Censo 2022, é essencial realizar uma análise profunda dos fatores socioeconômicos e do acesso a políticas públicas dos moradores de Cuiabá. De preferência, a análise deve ser realizada por setor censitário, com o objetivo de focalizar políticas públicas para a redução de desigualdades no município e identificar as necessidades de descentralização da oferta de serviços para atender de maneira mais eficaz às necessidades específicas de diferentes áreas do município.
- Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser uma prioridade, com o fortalecimento do Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, bem como das iniciativas da Secretaria Municipal da Mulher. Além disso, o monitoramento e avaliação contínuos dos programas e ações em termos de impacto, permite ajustes e direcionamento de recursos conforme as necessidades identificadas da população.
- Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população.
- Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser acessadas aqui.

Mobilidade Urbana

Entre 2017 a 2022, a capital do Mato Grosso apresentou uma diminuição significativa em torno de 76% no número de internações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, passando de 507 a 122. Considerando de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes teve uma redução de cerca de 34%, passando de 32 para 21.

Cuiabá apresenta um impacto de 17,97% no gasto mensal com Transporte Público, segundo estudo entre capitais brasileiras². O município ocupa a 19ª de 28 posições, empatada com Campo Grande.

Recomendações:

- Realizar e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público, além de apontar ajustes necessários nas políticas e infraestrutura para desafios ambientais e climáticos.
- Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e cicloviárias. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.
- Avaliar o modelo de remuneração de operadores e o impacto no gasto mensal. Analisar os custos diretos e indiretos para os usuários do transporte público do município e o impacto sobre a acessibilidade e uso. Utilizar essas informações para ajustar políticas, garantindo que o transporte público seja acessível e financeiramente sustentável.

Gestão da Qualidade

Cuiabá apresenta uma nota 8,9 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 7 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (58%) e 33 dos 59 indicadores de oferta (56%).

Recomendações:

- Implementar novos formatos de oferta de serviços digitais. A capital do Mato Grosso apresenta uma adesão aos indicadores de oferta de acordo com o Mapa de Governo Digital que pode ser aprimorada. Em busca de avançar na transformação digital, Cuiabá pode desenvolver um aplicativo de celular para solicitação de serviços, possibilitar consultas públicas e grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet, entre outros. Além de modernizar a oferta de serviços, iniciativas similares também promovem uma maior participação cidadã e uma gestão mais transparente e eficiente.
- Impulsionar a realização e divulgação das avaliações contínuas de serviços prestados. Conforme estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, a Carta de Serviços ao Cidadão da Prefeitura de Cuiabá é uma iniciativa importante. É preciso fortalecer o prefeito, construindo cartas de serviço e promovendo divulgações e incentivando avaliações que reflitam com precisão a experiência dos moradores da capital do Mato Grosso. Os dados coletados devem servir como evidência para a tomada de decisões e garantir transparência em relação à opinião dos cidadãos sobre os serviços oferecidos.
- Fortalecer as ouvidorias. Reforçar o papel das ouvidorias na coleta e análise de feedback dos cidadãos é fundamental para identificar e resolver problemas relacionados ao atendimento público. Para além da criação e manutenção de canais de comunicação eficazes, como o portal da Ouvidoria de Cuiabá que permite inclusive o registro específico de denúncias de assédio, destaca-se a formação de equipes dedicadas a lidar com queixas e sugestões de maneira proativa. Ademais, implementar processos para monitorar e responder às reclamações em tempo hábil pode melhorar a transparência e a satisfação dos cidadãos.

2. Estudo pode ser acessado aqui.

Goiania

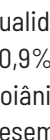
Maior problema

- Má administração pública
- Saúde
- Violência
- Mudanças climáticas
- Corrupção/Inflação

Educação

Cerca de metade dos moradores do município de Goiânia manifestaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação à:

- Quantidade de creches municipais: 56,8%
- Qualidade da infraestrutura das escolas municipais: 54,1%
- Quantidade de escolas municipais: 50,7%

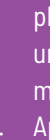


Para refletir

Goiania apresenta menor taxa líquida de matrículas em creches entre as capitais da região Centro-Oeste em 2023. No entanto, registrou um acréscimo de 5 pontos percentuais entre 2021 (20,7%) e 2023 (25,7%). Ao longo da série histórica de 2010 a 2023, a capital manteve uma taxa de matrículas inferior à média do Estado de Goiás e do Brasil, que em 2023 eram, respectivamente, 31,7% e 37,8%.

A capital de Goiás apresenta o terceiro menor nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') entre as dez capitais analisadas quanto à:

- Qualidade do ensino na rede municipal (47,3%)
- Qualidade do conteúdo aplicado na rede municipal de educação (44,6%)
- Desempenho dos professores e demais profissionais do ensino (35,1%)



Importante

Goiania apresenta a segunda maior taxa de satisfação em relação à qualidade do conteúdo aplicado na rede municipal de educação, com 20,9%, ficando atrás apenas de Curitiba, que registra 26%. Além disso, Goiânia também ocupa a segunda posição quanto à satisfação com o desempenho dos professores e demais profissionais da educação, com 31,1%, novamente atrás de Curitiba, que lidera com 37,7%.

A capital de Goiás superou as metas do IDEB em 2017 com um excedente de 0,3 e em 2019 com 0,2. Contudo, não atingiu a meta em 2021. Comparando os índices de 2021 e 2023, houve um aumento de 0,6, sinalizando uma recuperação no período pós-pandemia e alcançando o maior IDEB desde 2005. Em números absolutos, o município registrou o maior índice entre as capitais da região em 2023, com 6,5.

O município apresentou uma alta na taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre 2021 e 2023, passando de 0,3 para 1,1. Trata-se de um acréscimo de 233% e da maior taxa registrada entre as capitais da região neste ano. A taxa de distorção de idade-série também registrou um acréscimo de cerca de 246%, passando de 1,3 em 2017 para 4,5 em 2023. Contudo, a taxa continua sendo a menor registrada entre as capitais regionais.

Goiania possui o menor gasto per capita em educação no comparativo com as demais capitais da região Centro-Oeste em 2023, com R\$ 1.019,67. Apesar disso, aumentou em R\$ 290,27 o gasto entre 2020 e 2023.

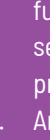
Recomendações:

1. Priorizar a avaliação dos moradores e ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. A capital de Goiás, apesar de ter registrado um aumento nos últimos anos, continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
2. Aprimorar a quantidade e qualidade da infraestrutura das escolas municipais conforme opinião dos moradores. A construção de novas unidades escolares em áreas de maior demanda, a modernização das instalações existentes e a melhoria na conectividade e acesso a tecnologias são importantes para promover um ambiente de aprendizagem mais moderno e inclusivo. Para mais, a adequação de mobiliários e de sistemas de ventilação e iluminação contribuem para o conforto e bem-estar da comunidade escolar.
3. Avaliar e ampliar as políticas de abandono escolar. Considerando o aumento substancial da taxa de abandono escolar no município, é recomendável avaliar as estratégias que estão sendo implementadas a fim de incluir ajustes ou novas iniciativas que possam diminuir a taxa de forma eficaz. Implementar políticas preventivas e de intervenção precoce. Um exemplo interessante é o Pacto estadual pelo enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão escolar (PEEIAE), que estabelece medidas articuladas para diagnosticar as causas e planejar, executar, monitorar e avaliar ações, programas e serviços de forma intersetorial para enfrentar o problema. Já foi implementado no Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Saúde

Mais de 60% dos moradores da capital de Goiás manifestaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação a:

- 66,2%: Tempo de espera para a realização de consultas
- 68,9%: Tempo de espera para a realização de exames
- 62,8%: Disponibilidade de médicos(as)



Para refletir

Como nas demais capitais da região, o tempo de espera é um dos principais motivos de insatisfação com os serviços de saúde no município. O nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'satisfeito') em Goiânia é de 12,2% para realização de consultas e de 13,5% para realização de exames. Apesar de serem relativamente baixos, ambos os valores representam os segundos maiores níveis de satisfação na comparação entre as dez capitais analisadas, ficando somente atrás de Curitiba, com 17,5% para consultas e 15,6% para exames. O resultado reforça o tempo de acesso como um ponto crítico para a melhoria de serviços públicos, ressaltando a importância de otimizar o tempo de espera e a eficiência no atendimento.

Os resultados também se conectam com a insatisfação na disponibilidade de médicos, uma vez que os moradores de Goiânia consideram a saúde como o segundo principal problema do município. Ainda, os residentes do município identificaram como as duas principais prioridades para a melhoria do serviço público no município:

- A diminuição das filas nos hospitais e postos de saúde
- O aumento do número de médicos e profissionais de saúde.

Em geral, é possível concluir que os moradores da capital de Goiás buscam prioritariamente um acesso mais rápido e eficiente aos serviços de saúde na capital, com menos tempo de espera e maior disponibilidade de profissionais.

A saúde continua com uma avaliação insatisfatória em relação a:

- 54,7%: Disponibilidade de medicamentos
- 55,4%: Qualidade da infraestrutura das unidades de saúde/ambientes hospitalares
- 48,6%: Quantidade de hospitais municipais

Os melhores níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') quanto à higiene das unidades de saúde/ambientes hospitalares (23%) e desempenho de médicos e enfermeiros ou outros profissionais de saúde nas unidades de saúde/ambientes hospitalares (20,9%). No entanto, é importante ressaltar que esses índices representam uma parcela reduzida da população, indicando uma ampla margem para melhorias.

Goiania está em último lugar na classificação em relação à dimensão de saúde na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as três capitais da região Centro-Oeste.

A capital de Goiás registra o menor gasto per capita em saúde no comparativo com as demais capitais da região Centro-Oeste em 2023, com R\$ 1.220,31. Apesar disso, aumentou em R\$ 169,16 o gasto entre 2020 e 2023.

Apesar de registrar a menor cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região Centro-Oeste no período analisado, a capital de Goiás teve um crescimento em torno de 18,5 pontos percentuais entre janeiro de 2021 (35,42%) a setembro de 2023 (53,92%).

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, Goiânia apresentou uma queda de cerca de 40% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 8.567 a 5.176.

Goiania foi a capital regional com maior cobertura vacinal em 2021, com 67,04%. No entanto, em 2023 registrou a menor cobertura vacinal, com somente 39,73%. A redução expressiva de cerca de 27 pontos percentuais foi a maior entre as capitais do Centro-Oeste.

98,41% da população de Goiânia possui acesso aos serviços de abastecimento de água, enquanto a média do estado de Goiás é de 89,1%. Já 98,04% da população do município possui acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado é de 73,37%, de acordo com dados do SNIS em 2022.

Recomendações:

1. Priorizar os interesses dos cidadãos de Goiânia, a partir da implementação de estratégias que visem uma maior disponibilidade de médicos e a redução dos tempos de espera. Estratégias possíveis incluem otimizar processos de atendimento, ampliar a capacidade de atendimento em postos de saúde e hospitais, e engajar a comunidade na avaliação dos serviços para garantir que suas necessidades e preocupações sejam ouvidas e consideradas na atuação da gestão municipal.
2. Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Diante da diminuição da cobertura vacinal nos últimos anos, a adoção de estratégias para reverter esse cenário é recomendada. O estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser acessado aqui evidência o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
3. Incrementar progressivamente o financiamento em saúde. Considerando que Goiânia registra o menor gasto per capita em saúde entre as capitais da região, recomenda-se aumentar gradualmente o financiamento destinado à saúde, com prioridade na equidade e na eficiência na alocação dos recursos. O desenvolvimento de um plano de investimentos a longo prazo, com metas definidas para aprimorar a Atenção Básica, expandir a cobertura vacinal e elevar a qualidade dos serviços prestados à população. A gestão eficiente dos recursos, fundamentada em dados e evidências, assegura que os investimentos sejam direcionados às áreas com maior necessidade e impacto, promovendo melhores resultados na saúde pública.
4. Ampliar e qualificar a Atenção Básica. Apesar de ter registrado um aumento na cobertura de Atenção Básica, o município apresenta o menor percentual entre as capitais da região Centro-Oeste. Medidas para aumentar a cobertura podem incluir (i) o mapeamento da cobertura geográfica das equipes de saúde no território, identificando vazios sanitários; (ii) o planejamento da expansão; (iii) implementação de estruturas físicas; (iv) recrutamento e seleção de equipes de Saúde da Família, conforme Agenda Saúde na Cidade, realizado pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), Impulso e Instituto Arapyaú, que pode ser acessado aqui.

Desenvolvimento Econômico

Goiania se destaca na pesquisa de opiniões por ter níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') comparativamente altos entre as capitais analisadas considerando:

1. O maior nível de satisfação quanto aos programas para inserção de jovens, pessoas mais velhas ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho (22,3%)
2. O segundo maior nível de satisfação:
 - A. Programas de inovação, incubação ou aceleração de empresas: 17,6%
 - B. Geração de emprego e renda: 16,2%
 - C. Impostos municipais para empreendedores e empresas: 10,1%

A capital de Goiânia apresenta o segundo menor nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação aos serviços de apoio aos empreendedores, com 45,3%. Em primeiro lugar está Curitiba, com 33,1% dos moradores insatisfeitos nesse critério.



Para refletir

O baixo nível de satisfação dos moradores de Goiânia quanto aos impostos municipais para empreendedores e empresas pode estar relacionado com a percepção dos moradores da má administração pública como maior problema do município. Além disso, corrupção e inflação estão empatadas com a mesma porcentagem de percepção dos moradores como quinto maior problema da capital. A desconfiança sobre a aplicação eficiente dos recursos sugere que os cidadãos não percebem um retorno adequado em serviços e melhorias para a população dos impostos pagos.

Goiania ocupa a primeira posição na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as capitais da região Centro-Oeste. Entre as capitais de todo o país, o município está em sétimo lugar na classificação geral.

A capital de Goiás apresenta, desde 2021, um saldo positivo de empregos formais. O saldo do ano de 2023 foi de 14.732. Por grande grupamento de atividade econômica, é de 50% em serviços, 26% comércio, 16% construção e 8% indústria. O setor de agropecuária registrou 25 postos de trabalho formais a menos neste ano.

Até julho de 2024, o município registra um saldo de 18.265 empregos formais. 44% serviços, 31% construção, 13% indústria, 12% comércio e 0,09% agropecuária.

Goiania ocupa a 10ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros. É a capital da região Centro-Oeste mais bem classificada.

Recomendações:

1. Promover a transparência na gestão dos recursos públicos. Diante da insatisfação dos moradores de Goiânia com a gestão dos recursos públicos, é recomendável a implementação efetiva dos instrumentos previstos na Lei 13.460/2017 com o objetivo de fortalecer a transparência da gestão municipal. Para além do fortalecimento das ouvidorias, realização e publicação dos resultados das avaliações continuadas dos serviços e da carta de serviços, disponibilizada pela Controladoria-Geral do Município, é fundamental fortalecer e avaliar iniciativas de transparência ativa e passiva, como o Atendimento 166, considerando uma análise territorializada do município que permita direcionar recursos para as principais áreas de atenção.
2. Fortalecer políticas de inclusão produtiva e de geração de renda e emprego. Os níveis de satisfação do município podem ser aprimorados, considerando a inclusão produtiva como fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Goiânia, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.
3. Fomentar um ecossistema de inovação que inclua parcerias entre universidades, startups, e o setor privado pode criar novas oportunidades de emprego e estimular a economia local. Diante da percepção dos moradores sobre os programas de inovação e de apoio aos empreendedores, Goiânia deve reavaliar para expandir ou recalcular programas de inovação, incubação e aceleração de empresas, e de apoio a pequenas e médias empresas, como o Empresa Fácil. O município também deve estar atento às oportunidades representadas pelas novas economias (verde, criativa, prateada).

Proteção Social

A prefeitura de Goiânia promove a igualdade de gênero e a inclusão social?

- 18,9% dos paulistanos concordam, enquanto 33,1% discordam e 38,5% são neutros. O restante declara não saber.



Destaque

Entre as capitais analisadas, Belém apresenta o segundo maior índice de satisfação em relação à disponibilidade de médicos, com 14%, enquanto Curitiba ocupa o primeiro lugar, com 15,6%. Vale destacar que, apesar das posições relativas, esse critério é de alta sensibilidade para os cidadãos, e os níveis de satisfação ainda são considerados baixos.

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Goiânia entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 25.580 a 64.935. Aumento de aproximadamente 154%.
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 14.853 a 25.767. Aumento de aproximadamente 74%.
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 70.576 a 140.230. Aumento de aproximadamente 99%.
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 23.591 a 51.804. Aumento de aproximadamente 54%.

Para refletir

Maiores aumentos de situação de extrema pobreza e renda per capita até meio salário mínimo entre as capitais da região Centro-Oeste.

Recomendações:

1. Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza e de renda per capita até meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
2. Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações continuadas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
3. Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade. As iniciativas da Prefeitura, como as realizadas pela Superintendência de Igualdade Racial e pela Secretaria Municipal de Políticas pelas Mulheres, precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes no direcionamento de recursos conforme necessário. É preciso garantir que os programas alcancem seus objetivos e, se necessário, receberem maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
4. Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser acessados aqui.

Mobilidade Urbana

Os moradores de Goiânia não estão satisfeitos com os serviços de mobilidade urbana no município. Mais de 55% manifestaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') com:

- Trânsito (73,6%)
- Poluição sonora ou atmosférica (gases) geradas (68,2%)
- Tempo de espera para tomar um ônibus/trem/metrô (66,9%)
- Qualidade do asfalto (60,1%)
- Higiene dos ônibus/metrô/trans (59,5%)
- Preço das passagens de transporte público (56,8%)
- Quantidade/Qualidade das ciclovias (55,4%)

Para refletir

Apesar da sensibilidade do tema, a capital de Goiânia apresenta o menor nível de insatisfação entre as capitais analisadas quanto ao preço das mobilidades de transporte público³. Também apresenta o maior nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') no critério, com 18,2%. O resultado se relaciona com a pesquisa de impacto no gasto mensal com Transporte Público, que identifica o Passe Livre do Trabalhador da Região Metropolitana de Goiânia na 1ª posição na classificação entre as capitais brasileiras com impacto no salário de 12,75%. Isto é, de acordo com o estudo, é o menor impacto no gasto mensal com transporte público entre as capitais. Já a Região Metropolitana de Goiânia ocupa a 10ª posição na classificação, com um impacto de 15,84% no salário.

Os moradores de Goiânia consideram as mudanças climáticas como o quarto principal problema do município. Em relação a afirmação de que a prefeitura protege o meio ambiente e promove ações de combate às mudanças climáticas, somente 18,9% concordam, enquanto 39,9% discordam, 37,8% declaram neutralidade e 3,4% manifestam não saber. Isto é, o tema está entre os principais para os moradores do município, porém há uma percepção de poucas ações realizadas pela prefeitura. Neste sentido, recomenda-se a divulgação das iniciativas já realizadas e planejadas no combate às mudanças climáticas, além de ampliar e fortalecer as iniciativas de proteção ambiental.

Os maiores níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') dos serviços de mobilidade urbana em Goiânia apresenta uma margem considerável de melhoria:

- Sinalização de trânsito (26,4%)
- Qualidade do asfalto (20,3%)
- Desempenho de condutores, motoristas e de outros profissionais da rede de transportes (18,2%)

3. Estudo pode ser acessado aqui.

Destaque

Melhorar o transporte público é a terceira prioridade dos moradores de Goiânia. Os resultados reforçam a importância da tempo de espera para a satisfação com serviços e também indicam uma tendência de demanda por iniciativas de mobilidade urbana sustentável e de enfrentamento dos problemas de mobilidade de forma sistêmica, levando em consideração não apenas o transporte público, mas também o meio ambiente, acessibilidade e infraestrutura viária.

Entre 2017 a 2022, a capital de Goiás apresentou um acréscimo expressivo em torno de 119% no número de interações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, passando de 398 a 873. É a taxa mais alta entre as capitais do país. Considerando o período de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes teve um pequeno aumento de cerca de 7%, de 28 a 30.

Em relação ao impacto no gasto mensal com Transporte Público⁴, o Passe Livre do Trabalhador da Região Metropolitana de Goiânia ocupa a 1ª posição na classificação entre as capitais brasileiras com impacto no salário de 12,75%. Isto é, de acordo com o estudo, é o menor impacto no gasto mensal com transporte público entre as capitais. Já a Região Metropolitana de Goiânia ocupa a 10ª posição na classificação, com um impacto de 15,84% no salário.

Recomendações:

1. Atender às opiniões dos moradores e priorizar a implementação de políticas de redução da poluição sonora e atmosférica e de qualidade e quantidade de ciclovias. São alternativas, por exemplo, a adoção de tecnologias mais limpas e a promoção de formas sustentáveis de transporte, como a mobilidade ativa. É importante o monitoramento dos níveis de poluição, ruídos e controles da qualidade do ar para uma efetiva avaliação dos impactos ambientais e ajustes contínuos nas políticas com o intuito de promover uma melhoria significativa na qualidade de vida urbana.
2. Considerar a avaliação dos moradores e aprimorar medidas para melhorar a higiene dos ônibus e a capacitação dos motoristas. Implementar programas regulares de limpeza e desinfecção dos ônibus para garantir um ambiente seguro e confortável para os passageiros. Além disso, investir em treinamentos para motoristas, focando em práticas seguras de condução e atendimento ao público, para melhorar a qualidade do serviço e a segurança dos usuários.
3. Fomentar políticas de segurança viária. Diante do aumento significativo das interações por sinistros de trânsito em Campo Grande, é urgente adotar estratégias prioritárias para reduzir essa taxa. O fortalecimento da fiscalização, a melhoria da sinalização e a intensificação de campanhas de conscientização são importantes. Ainda, recomenda-se a adoção de medidas como: readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal. Essas são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser acessado aqui.

4. Estudo pode ser acessado aqui.

Gestão da Qualidade

A prefeitura de Goiânia trabalha de forma eficiente e transparente para os cidadãos?

49,3% dos moradores da capital de Goiás discordam da afirmação. Enquanto 14,9% concordam, 32,4% expressam neutralidade e 3,4% não sabem responder a pergunta.

A prefeitura de Goiânia resolve satisfatoriamente os problemas de seus cidadãos quando eles precisam de serviços que dependem da administração municipal como exames, alvarás, matrículas, pagamento de taxas, entre outros?

42,6% dos moradores da capital paraense não tiveram seus problemas resolvidos de forma satisfatória pela prefeitura.

Já 39,9% ficaram satisfeitos e 17,6% declararam não saber ou não lembrar.

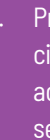
De acordo com a pesquisa, 56,8% dos moradores do município relataram ter enfrentado dificuldades ao realizar procedimentos junto à prefeitura.

As principais dificuldades enfrentadas para realizar algum procedimento são:

- Faltavam informações durante o atendimento (35,7%)
- Serviço saiu do ar (34,5%)
- Faltavam informações para a realização do serviço (26,2)

Serviços públicos digitais

80,4% dos moradores de Goiânia já acessaram serviços públicos municipais pela internet.



Destaque

É a segunda capital entre as dez analisadas com o maior percentual de moradores que acessaram serviços públicos digitais. O primeiro lugar, Recife, apresenta um percentual muito próximo, com 80,5%.

21,8% estão satisfeitos com os serviços públicos disponibilizados online pelo governo municipal. Ressalta-se que 33,6% declaram algum nível de insatisfação, enquanto a maioria se declara neutro (38,7%). O restante declara não saber.

Como os moradores de Goiânia acessam os serviços públicos digitais?

- Pelo telefone celular 75,6%
- Pelo notebook ou computador 49,6%
- Pelo tablet 0,8%



Interessante

A forma preferida pelos moradores da capital para fazer solicitações de serviços públicos à prefeitura é pelo site da prefeitura, com 31,8%. Somente os moradores de Belo Horizonte manifestaram uma preferência maior por esse meio, com 32,9%. O uso de aplicativos vem em segundo lugar, com 25%, seguido de postos de atendimento presencial, com 22,3%.

Goiania apresenta uma nota 8,8 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 7 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (58%) e 45 dos 59 indicadores de oferta (76%).

Recomendações:

1. Aprimorar as informações dos serviços. Para abordar os principais problemas identificados, como a falta de informações para a realização dos serviços, é essencial melhorar a comunicação e a transparência. A criação de cartas de serviços ao usuário, FAQs atualizadas e sistemas de suporte ao usuário mais acessíveis são medidas possíveis. Assegurar que as informações relevantes estejam disponíveis e sejam facilmente compreendidas pelos cidadãos pode reduzir as dificuldades no atendimento e aumentar a satisfação geral.
2. Priorizar e aprimorar os meios de acesso a serviços digitais de preferência dos moradores. No caso de Goiânia, duas formas principais de acesso merecem atenção. A primeira é o site da prefeitura, que atinge o segundo maior nível de preferência do meio entre as capitais analisadas. Para garantir uma boa experiência, o site deve ser atualizado, intuitivo e adaptado para dispositivos móveis, permitindo um uso eficiente via celular. A segunda forma de acesso é por meio de aplicativos. Diante das falhas relatadas, como a incapacidade de completar serviços, é essencial desenvolver aplicativos como o Goiânia 24h, prezando por funcionalidades ampliadas e intuitivas, além de realizar atualizações frequentes, garantindo uma experiência eficiente e satisfatória para os usuários.
3. Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Goiânia.

Governo Digital

Em parceria com a Rede Gov.br, apresentamos a seguir recomendações para as três capitais da Região Sul:

Conduzir ações de simplificação processual e transformação digital. Planejar e realizar detalhada revisão de processos administrativos internos (gestão governamental) e externos (serviços públicos), buscando simplificação e transformação digital.

Como fazer?

1. Faça parte da Rede Nacional de Governo Digital – Rede GOV BR.
2. Siga os 10 passos para a transformação digital em estados e municípios do Gov.br.
3. Alinhe-se à Estratégia Nacional de Governo Digital e siga suas prioridades e recomendações.

FICHA TÉCNICA

Coordenação técnica: Sérgio Andrade

Análise de dados: Isabela de Siqueira Barbosa

Data visualização: Tiago Rocha

Comunicação: Victor Resende

Imprensa: Vira Comunicação

